



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1492

## História do Tempo Presente

Murilo Sanchez Zulato

(LabTempo – Laboratório de estudos do Tempo Presente/UEM)

(GAPDH – Grupo de Apoio a Pesquisa e Docência em

História/Unicesumar)

Priscilla Campiolo Manesco Paixão

(GAPDH – Grupo de Apoio a Pesquisa e Docência em

História/Unicesumar)

Vivian Fernandes Carvalho de Almeida

(GAPDH – Grupo de Apoio a Pesquisa e Docência em

História/Unicesumar)

**Resumo.** Acreditamos que um dos papéis da História seja o de fomentar a reflexão sobre o nosso próprio tempo, assim, temos como proposta uma análise sobre a História do Tempo Presente. Buscamos refletir sobre a importância desse campo de estudo, quais são as dificuldades com que o historiador se depara ao produzir análises sobre seu próprio contexto, quais são seus métodos para o empreendimento dessa tarefa, objetivos recorrentes dos autores que se arriscam nesse campo da História e, por fim, os limites de atuação desse tipo de produção. Para tanto, procuramos estabelecer um diálogo com o pensamento de Edward Palmer Thompson, Eric Hobsbawm e François Bédarida acerca do assunto. Na iniciativa de apresentar um aporte teórico dotado de metodologia apropriada ao estudo do Tempo Presente no campo da História, analisaremos alguns fatores considerados como essenciais a esse campo de estudo, tais como a cautela necessária a esse tipo de trabalho e as dificuldades e benefícios que o historiador pode se deparar ao longo de sua produção. Em suma, foi pretendida uma produção que evidenciasse a importância do Tempo Presente à historiografia, afinal, o presente é o tempo dos futuros fatos históricos. Não menos importante, buscamos sublinhar o papel da História do Tempo Presente no próprio contexto em que o historiador se insere, pois, ao analisarmos o nosso próprio tempo, produzimos – ou ao menos buscamos produzir - impacto sobre ele.

**Palavras-chave:** História; Tempo Presente; Metodologia; Teoria.

Dentre os inúmeros campos de atuação da análise histórica, pretendemos nesse artigo fazer um recorte que aborde a importância da História do Tempo Presente, tanto para a historiografia quanto para o contexto em que o historiador se insere. Acreditamos que o papel da história seja, também, o de fomentar a reflexão sobre nosso próprio tempo.

Ao analisarmos a decorrência de nosso contexto, estamos transpondo acontecimentos ao terreno analítico. Conforme exposto por Marc Bloch, o presente é “no infinito da duração, um ponto minúsculo e que foge incessantemente; um instante que mal nasce morre” (BLOCH, 2001, p. 60), e ao analisá-lo, o historiador está o transpondo para a análise histórica, produzindo relatos e interpretações desse instante, classificado por Bloch como passado recente; transformando a ocorrência – registrada, e, portanto, preservada – em objeto de análises distintas em diferentes tempos posteriores. Ou seja, transferindo o fato concreto à análise, subjetiva, porém perpetuadora, da história. Dessa maneira cumpre-se uma função do historiador, ao passo que, conforme análise de Hannah Arendt, “a tarefa do poeta e historiador (postos por Aristóteles na mesma categoria, por ser o seu tema comum práxis) consiste em fazer alguma coisa perdurar na recordação” (ARENDR, 2009, p. 74).

Como suporte à análise do Tempo Presente, podemos encontrar no passado a gênese de problemáticas atuais, e tal olhar sobre o passado, em conjunto com análises sobre o presente, pode nos proporcionar respostas às problemáticas atuais. Assim, é possível exercermos a prática historiográfica com vistas a um entendimento e engajamento sobre processos ainda em curso. Em suma, a História do Tempo Presente visa a uma análise crítica sobre nosso próprio tempo, podendo ela conter propósitos bem definidos.

A importância desse tipo de produção está relacionada ao papel que o historiador engajado no estudo do Tempo Presente possui, pois, entre suas funções, está a de analisar seu contexto, de maneira a extrair para a teoria e debate alguns fatos contemporâneos, tornando-os objetos externos de estudo. Esse recorte, contudo, é seletivo. A problemática elencada exprime, por vezes, o posicionamento teórico do historiador.

Com relação à subjetividade analítica inerente à perpetuação histórica nesse exercício de relação passado-presente, recorreremos à análise sobre o pensamento de Edward Palmer Thompson, contida na obra *Historiadores de nosso tempo*. No capítulo intitulado “Edward Palmer Thompson”, Ricardo Müller e Sidnei Munhoz fazem referência ao autor, sublinhando que:

Para Thompson, haverá sempre novas formas de interrogar as evidências [...] e, nesse sentido, o produto da investigação histórica estará sempre sujeito a modificações, com as preocupações de diferentes gerações ou nações, de cada sexo e/ou classe social. Isso não significa, no entanto, que os acontecimentos passados se modifiquem ao sabor de cada interrogação investigativa ou que a evidência seja indeterminada. Ao contrário, sublinha: “Supor que um ‘presente’, por se transformar em ‘passado’, modifica com isso seu status ontológico, é compreender mal tanto o passado como o presente” (MUNHOZ; MÜLLER, 2010, p. 47-48).

Ao se trabalhar com a relação passado – presente nos estudos históricos, é comum surgirem críticas a respeito da parcialidade do autor no objeto estudado, já que, nesse caso, o historiador faz parte do contexto em que (e de que) escreve. Ao se referir aos estudos do século XX realizados por historiadores contemporâneos sobre fatos marcantes dessa época, Hobsbawm afirma que “é inevitável que a experiência pessoal desses tempos modelem a maneira como os vemos, e até a maneira como avaliamos a evidência à qual todos nós, não obstante nossas opiniões, devemos recorrer e apresentar” (HOBSBAWM, 1998b, p. 245).

Em exemplo, ao analisar diversos estudos elaborados entre os fins do século XIX e primeira metade do século XX (período que engloba diversos movimentos sociais) sobre a articulação da classe operária inglesa no século XIX, Hobsbawm afirma que “historiadores da classe operária, assim, situam-se num ponto de encontro entre os estudos acadêmicos e a política, [...] entre entender o mundo e transformá-lo” (HOBSBAWM, 1988, p.17). Assim, sublinha que, com relação a esse objeto, grande parte das produções históricas foi elaborada por pesquisadores que buscaram não só entender a classe operária, mas também contribuir com os movimentos operários. Nesse exercício:

A história operária ‘de dentro do movimento’ e, em grande medida, fora das universidades, tendeu a apresentar certas

características. Em primeiro lugar, ela revelou a tendência de identificar 'classes operárias' com 'movimento operário', ou mesmo com organizações, ideologias ou partidos específicos. A história operária tendeu, portanto, a identificar-se com a história dos movimentos operários, se não até com a história da ideologia desses movimentos. E quanto mais forte e unificado fosse o movimento em um país ou período, maior era a tentação dessa identificação (HOBBSAWM, 1988, p.18).

Diante desse alerta de Hobsbawm (1988), grifamos que tecer essa crítica não significa que a parcialidade não deva existir nas produções históricas, mas que o posicionamento do historiador não deve se sobrepor ao objeto. A parcialidade é uma face da historiografia, contudo, não deve ser levada ao extremo. Expressar e defender um posicionamento não permite ao historiador desconsiderar o não conveniente ou incidir em generalizações.

Muitos são os estudos sobre qual é a melhor maneira de se trabalhar diante da problemática da parcialidade, já que essa se constitui como inerente à historiografia. Quando se pretende elaborar uma análise de um passado distante, o sujeito que escreve possui interpretação própria, influenciado pelo contexto em que vive, além de opinião e motivação que o influenciam, inclusive, no ato de selecionar suas fontes, pois “[...] toda escolha de material, em certo sentido, interfere com a História, e todos os critérios para a escolha dispõem o curso histórico dos eventos sob certas condições artificiais” (ARENDR, 2009, p. 80). A fonte histórica nos é revelada a partir das perguntas que dirigimos ao objeto, bem como a partir de nossas intenções a respeito do tema abordado. “Em geral, não existe material algum até que nossas perguntas o tenham revelado” (HOBBSAWM, 1998a, p. 220).

Dessa forma, podemos concluir que a escrita da história pode ser parcial e limitada à nossa interpretação que, por sua vez, sofre influência do contexto em que vivemos. Sobre o assunto, podemos apresentar a opinião de Edward Palmer Thompson, que afirma que a escrita da história é provisória, e, portanto, sujeita a críticas e reformulações, ao passo que o que se estuda são fenômenos em constante movimento, “cujos termos gerais de análise (isto é, as perguntas adequadas à interrogação da evidência) [...] estão em transição, juntamente com os movimentos do evento histórico” (THOMPSON, 1981, p. 48). Para o autor, “cada idade, ou cada praticante, pode fazer novas perguntas à evidência histórica, ou pode trazer à luz novos níveis de evidência”

(THOMPSON, 1981, p. 51), o que torna a interpretação histórica mutável, de acordo com os dilemas de cada geração, sexo, nação ou classe social. Todavia, para Thompson (1981), a característica de movimento da historiografia não caracteriza os fatos passados como mutáveis ou as evidências como indeterminadas, “mas que o ‘significado’ que atribuímos a tal realidade se modifica” (THOMPSON, 1981, p. 53).

Em síntese, o ocorrido se materializa, mas a análise é sujeita a mutações. Nossas interpretações não interferem no passado ocorrido, mas nos possibilitam perceber e atribuir significados distintos a um dado processo histórico. Assim, Thompson (1981) nos demonstra que jamais poderemos reconstruir o passado, da mesma forma que jamais poderemos transcorrer sobre a realidade tal como ocorrida, mesmo sendo essa busca um dever do historiador. Afirmamos, portanto, que a escrita da história será, sobretudo, incompleta, parcial e influenciada por seu contexto, mesmo quando o que se busca é a veracidade; e foi essa parcialidade, intrínseca à historiografia, que levou François Bédarida a afirmar: “Quem de nós ousaria proclamar que possui a verdade histórica, ainda que em princípio ela seja nosso alvo e nosso guia?” (BÈDARIDA, 2001, p. 222).

Tal problemática deve ser entendida como alerta para uma melhor compreensão e produção historiográfica, pois conhecer as dificuldades de nosso campo de atuação contribui para a viabilidade de interpretações e produções que respeitem o terreno historiográfico e abram caminho para a reflexão posterior. Sobre o assunto ressaltamos que:

O conhecimento histórico é, pela sua natureza, (a) provisório e incompleto (mas não por isso inverídico), (b) seletivo (mas não, por isso, inverídico), (c) limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência (e os conceitos que informam essas perguntas), e, portanto, só é “verdadeiro” dentro do campo assim definido (THOMPSON, 1981, p. 49).

Analisando o pensamento de Thompson, Sidnei Munhoz e Ricardo Müller (2010) afirmam que o autor, além de admitir a parcialidade como inerente à escrita da história, defende o uso dessa parcialidade para o princípio da ação, à medida que sua análise se volta para a ação dos sujeitos (classe

trabalhadora, por exemplo) que tendem a transformar sua própria realidade, valorizando essa tendência:

Sua interpretação do materialismo histórico se distingue por articular, de forma construtiva, aspirações políticas e processo histórico. O pré-requisito dessa abordagem é o de que toda análise teórica deve ser apreendida na prática do “agir humano” (agency) e na medida do diálogo entre teoria e evidência, ou seja, teoria e pesquisa empírica, sem abandonar a atuação política (MUNHOZ; MÜLLER, 2010, p. 45).

Assim, podemos interpretar que Thompson (1981) defende o papel do historiador não somente para expor os fatos ocorridos, mas também para elaborar críticas e inclusive atuar de maneira prática em seu próprio contexto histórico. Como exemplo, expomos que “além de seu trabalho teórico e historiográfico, Thompson desenvolveu também uma intensa atividade política orientada por sua concepção de socialismo e pela defesa dos seus ideais” (MUNHOZ; MÜLLER, 2010, p. 45).

Na condição de militante ativo do movimento pacifista e de desarmamento nuclear, Thompson tornou-se uma figura conhecida nos meios de comunicação europeus, realizando entrevistas e palestras e se envolvendo em duras polêmicas e debates com personalidades de destaque dos meios governamentais, principalmente militares, a cujas questões se dedicou em profundidade, fazendo conferências por toda a Europa e Estados Unidos (FENELON, 1995, p. 88).

Nesse sentido, destacamos a citação de Déa Ribeiro Fenelon: “Insiste Thompson: ‘na verdade, nunca tomei a decisão de ser historiador’. Se alguma opção houve naquele momento, foi a do trabalho político e a partir daí o gosto e a dedicação pela história” (FENELON, 1995, p. 84). Desse modo, política e história não se dissociam nas produções de Thompson. Ainda assim, sublinhamos que suas produções históricas, mesmo que parciais, como qualquer outra será, são respaldadas por densas investigações empíricas e pesquisa teórica.

Na década de 1990, Thompson escreveu o estudo intitulado “Os Fins da Guerra Fria: Uma Resposta”, no qual criticou a análise produzida por Fred Halliday, a qual expunha que a queda do muro de Berlim significaria o fim de

uma era. Para Thompson (1992), o ocorrido significou o início de uma nova era. Ao fazer tal crítica ao pensamento de Halliday, Thompson tenta engajar uma mobilidade teórica em 1990, com o objetivo de contribuir para que o fim da Guerra Fria fosse visto não somente como a derrota de um bloco sobre o outro, mas como uma oportunidade de reciprocidade entre os povos dos dois hemisférios.

Para complementar o raciocínio, podemos expor a visão de Bèdarida (2001), que compartilha dos mesmos princípios de Thompson com relação à parcialidade contida na produção historiográfica, bem como sobre a importância da objetividade e atuação do historiador sobre a sociedade.

Para Bèdarida (2001, p. 227), mesmo no caso de o historiador ter o dever de “manter um distanciamento crítico em relação ao seu objeto de estudo [...] nem por isso ele consegue ser neutro. É mais que uma esquiva: uma renúncia”, que pode ser explicada pelo fato de a consciência do indivíduo ser única, e, portanto, sua consciência de historiador não pode ser dissociada de sua consciência humana. Partindo desse pressuposto, Bèdarida (2001, p. 226), visando um elo entre parcialidade e atuação, afirma que “o historiador não pode furtar-se à sua responsabilidade moral como pessoa e como cidadão”. Diante dessa proposta, julgamos válida uma exposição sobre o entendimento de Hobsbawm (1988, p.31):

Duas coisas devem ser ditas sobre a relação entre interpretar e transformar o mundo. Primeiro, que a interpretação deve ser objetivamente válida, quer nos seja conveniente ou não, ou melhor, deve ser comunicável a qualquer um. [...] Que as pessoas que se sentem diretamente identificadas com ela cobrirão sua própria história com um peso emocional que outras não encontram, é uma questão absolutamente diferente. [...] Em segundo lugar, e mais importante, devemos saber o que desejamos dizer com transformar o mundo.

Ao apresentarmos o pensamento de Hobsbawm, sublinhamos que esse autor também possui em suas obras uma nítida aproximação entre análise histórica e agir político, afinal, além de haver pertencido ao Partido Comunista Britânico, teceu, em diversas obras sobre a história contemporânea, profundas críticas à desigualdade social, ao imperialismo e às relações comerciais

transnacionais. Essas considerações foram tecidas com o respaldo de intensa pesquisa teórica e coleta de dados.

Ademais, a análise do passado com vistas à resolução de problemáticas originadas no presente, ou a análise do próprio Tempo Presente, não são os únicos campos de atuação do historiador que visa compreender ou mesmo mudar seu próprio contexto. Afinal, nesse exercício de interpretar e agir, há a possibilidade de o pesquisador examinar quais são as tendências de seu tempo e qual seria, segundo sua opinião, e mesmo segundo seu exame sobre o passado, a mais apropriada a se investir, seja no campo econômico, seja no campo político.

Ao analisar a obra de Hobsbawm, Martins discorre sobre a importância do estudo do presente, destacando o pensamento de Luciano de Samósata, expondo que “o historiador precisa falar para os homens de hoje e os do futuro” (MARTINS, 2010, p. 83). Contudo, esse exercício exige cautela, tendo em vista que, caso seja pretendida uma previsão para o futuro, devemos ter em mente a advertência de Hobsbawm. Para Martins, Hobsbawm entende que “não é papel do historiador bancar o visionário ou a pitonisa” (MARTINS, 2010, p. 83).

Afirmar isso não implica que o historiador é impedido de refletir sobre o que acredita ser probabilidade quanto aos rumos em que seu objeto pode se desenvolver, mas esse tipo de análise não pode ser confundido com previsão exata. O que se deve realizar é a contribuição para um debate sobre tendências. “Nesse sentido, todo trabalho de historiador é um contínuo vai e vem entre o presente, de onde ele escreve; o passado, que ele analisa, e o futuro, que ele tenta projetar” (BERTONHA, 2013, p.9).

Analisando o pensamento de Hobsbawm, contido no texto “Adeus a tudo aquilo”, publicado no livro “Depois da queda”, Martins (2010, p. 83) expõe que:

Frente aos processos mais dramáticos do presente, o historiador pode dar sua contribuição para o debate público. Desde que construa diagnóstico cuidadoso, a salvo das euforias e iras momentâneas, moldado na abordagem de longa duração, que pode identificar: 1) os problemas agudos que o mundo vem enfrentando; 2) as soluções tentadas e que fracassaram; e 3) as alternativas de ação e organização que ficaram vencidas na trajetória da história.



Ressaltamos que Hobsbawm (1992) nos oferece sua contribuição para o debate no contexto pós 1989, apontando os efeitos que tenderiam a ser intensificados no período, os quais entre outros, seriam a instabilidade política, inclusive no Leste europeu, a intensificação da desigualdade social e a crise ecológica (MARTINS, 2010, p. 84). Desse modo, é apresentado a nós que trabalhar o presente imediato e contemplá-lo com uma análise que inclui probabilidades de percurso do objeto é algo possível para a historiografia. “Nota-se que, para Hobsbawm, a questão de saber se a História pode dizer algo sobre o futuro [...] está relacionada à compreensão da relação passado-presente-futuro [...] que permitiria ao historiador fazer previsões de tendências” (MARTINS, 2010, p. 86).

Dessa forma, entendemos que a relação entre conhecimento histórico e análise do presente contribui tanto para o conhecimento do passado quanto para o entendimento do Tempo Presente e, ainda, para o diagnóstico dos prováveis percursos históricos futuros.

O historiador, ao analisar o presente recorrendo ao passado, produz uma análise do próprio contexto que, por vezes, complementa ou modifica o entendimento e análise anterior, dispondo ao conhecimento humano uma visão mais completa sobre um determinado processo, quase sempre em continuidade ou transformação. Contudo, o pesquisador que se dispõe a realizar tal tarefa está submetido ao risco que lhe é concedido pelo fato de não conhecer a conclusão dos processos, bem como não possuir o olhar externo de quem está alheio às consequências e interpretações contemporâneas sobre os eventos do presente. Ele sempre será preso à visão de mundo incompleta que seu tempo tem sobre si, por não conseguir visualizar o processo histórico que vive em sua totalidade. Um exemplo:

Macmilliam achava que os soviéticos ‘possuem uma economia exuberante e logo superarão a sociedade capitalista na corrida pela riqueza material’. Por mais despropositada que pareça hoje a declaração, houve muita gente bem informada no fim dos anos 50 que adotou, ou de algum modo não desqualificou, essa opinião, especialmente depois que os soviéticos demonstraram que haviam vencido os EUA em matéria de tecnologia espacial. Não teria sido absurdo para um historiador contemporâneo que estivesse nos anos 60 adotar tal opinião. Nossa sabedoria não consiste em que necessariamente compreendemos os mecanismos da economia soviética melhor

que os economistas de 1961, mas que a passagem do tempo nos propiciou a arma final do historiador, a retrovisão (HOBBSAWM, 1998b, p. 249).

Dessa forma, podemos entender que a história do presente é uma constante construção ou reconstrução, ao passo que, “mais do que qualquer outra, é por natureza uma história inacabada: uma história em constante movimento, refletindo as condições que se desenrolam diante de nós e sendo, portanto, objeto de uma renovação sem fim” (BÈDARIDA, 2001, p. 229). Contudo, mesmo que a análise seja sobre o presente, ainda é uma análise histórica. Devemos, sobretudo, lembrar-nos de que os pesquisadores desse campo são historiadores analisando nosso próprio contexto. Nas palavras de Tavares Santos: “O historiador do presente trabalha sobre um passado mais próximo, com os acontecimentos indefinidos ou até mesmo no meio dele. Dessa forma, a história do presente é primeiramente e antes de tudo história” (SANTOS, 2009, p.8).

Ao admitirmos que o historiador do Tempo Presente trabalha em meio aos acontecimentos que analisa, cabe-nos uma reflexão: da mesma forma que a proximidade eleva a parcialidade, afinal, por vezes o pesquisador vive o fenômeno analisado, ou então sofre seus reflexos, essa relação de convívio entre historiador e objeto o possibilita buscar informações que não poderia se seu foco o direcionasse a um passado distante. Por meio da história oral, por exemplo, é possível extrair testemunhos históricos à sua análise, bem como as impressões e sentimentos das populações sobre o contexto em que vivem. Da mesma forma, documentos governamentais, notícias e matérias jornalísticas são inúmeros e o acesso a eles é incrivelmente facilitado, principalmente por conta da internet. Assim, sublinhamos uma vantagem significativa à pesquisa da História do Tempo Presente, que é, em muitos casos, a considerável quantidade de fontes disponíveis.

Para Hobsbawm (1998a, p. 220), um problema de fundamental importância “para o historiador contemporâneo em nosso tempo infinitamente burocratizado, documentado e inquiridor é mais um excesso incontrolável de fontes primárias que uma escassez das mesmas”. O que torna possível, desde que tenhamos a metodologia apropriada, realizarmos diversos trabalhos a respeito da época em que vivemos, sempre estando atentos tanto à

parcialidade que tais fontes primárias irão possuir quanto para a parcialidade que poderemos produzir, de maneira proposital ou não, pois, além de observadores, somos parte do tempo em que iremos escrever e, por consequência, sujeitos às interferências de nosso contexto.

Por fim, após abordarmos as características e os cuidados relacionados à História do Tempo Presente, sublinhamos: a produção histórica, ao longo de sua trajetória, revelou que seu papel se estende ao da instrução. Ela foi e é, também, um instrumento político e social do tempo em que é produzida. A História pode, além de analisar o passado, estimular o pensamento crítico de agentes atuantes no presente. Ela tem a possibilidade de contribuir para uma postura engajada e consciente dos cidadãos sobre o tempo em que vivem.

Com a História do Tempo Presente, vivemos hoje um momento em que a História é utilizada para explicar problemáticas atuais não só direcionando seu olhar ao passado, com vistas a entender a gênese de características ou problemas que hoje enfrentamos, mas também selecionando o nosso próprio tempo como objeto de estudo. Em suma, a História do Tempo Presente procura compreender e responder as perguntas de nosso próprio tempo e, mais do que isso, busca contribuir com ele.

## **Bibliografia.**

ARENDDT, Hannah. O conceito de história – antigo e moderno. In: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 69-126.

BERTONHA. Apresentação ao dossiê: problemas e questões da história do tempo presente. Minas Gerais: UFOP – **Cadernos de história**, nº 1, junho 2013.

BÈDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMARO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 219-229.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiar**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

FENELON, Déa Ribeiro. **E. P. Thompson – história e política**. São Paulo: Projeto história, 1995.

- HOBBSAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.
- HOBBSAWM, Eric J. Adeus a Tudo Aquilo. In: BLACKBURN, Robin (Org.). **Depois da Queda**: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992a, p. 93-106.
- HOBBSAWM, Eric J. A história de baixo para cima. In: HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998a. p. 216-231.
- HOBBSAWM, Eric J. O presente como história. In: HOBBSAWM, Eric J. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998b. p. 245-254.
- MARTINS, Marcos Lobato; Eric Hobsbawm. In: LOPES, Marcos Antônio; MUNHOZ, Sidnei J. **Historiadores de nosso tempo**. São Paulo: Alameda, 2010. p.71-92.
- MUNHOZ, Sidnei; MÜLLER, Ricardo Gaspar. Edward Palmer Thompson. In: LOPES, Marcos Antônio; MUNHOZ, Sidnei J. **Historiadores de nosso tempo**. São Paulo: Alameda, 2010. p. 31-52.
- SANTOS, Jean Mac Cole Tavares. Atualidade da História do Tempo Presente. **Revista historiari**, Aracajú, ano I, n.I, 2009.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.